

Partidos decidem ampliar prazos da reforma

Propostas para mudar Carta poderão ser apresentadas até o dia 14 e as votações das emendas só vão começar quando a CPI do Orçamento estiver encerrada e os parlamentares corruptos cassados

BRASÍLIA — A revisão constitucional ganhou ontem um pouco mais de fôlego, com a ampliação de alguns de seus prazos. Os presidentes do Congresso Revisor, Humberto Lucena (PMDB-PB), e da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), reuniram-se com os líderes de todos os partidos e decidiram esticar o período para apresentação de propostas de mudanças na Constituição — que se encerraria ontem — até o dia 14. Os parlamentares podem também apresentar emendas a estas propostas até o dia 21. Como houve acordo de lideranças, a mudança foi aprovada na sessão de ontem do Congresso revisor, apesar da ameaça de obstrução do PC do B.

Antes da reunião, Inocêncio pretendia apresentar uma proposta que poderia provocar muita polêmica: o adiamento da revisão para 1995. Estava convencido de que a reforma não tinha mais condições políticas de se realizar, pela dimensão cada vez maior da CPI do Orçamento. Diante dos argumentos de colegas que defendem a revisão, segundo relato de um integrante da reunião, Inocêncio acabou desistindo da idéia. "Ainda bem que ele se conteve", disse um líder no Senado, mais otimista, certo de que a reforma irá se realizar.

Ficou acertado, informalmente, que as questões de mérito da revisão constitucional — propostas para mudar a Carta — só irão a



plenário depois do fim da CPI do Orçamento, para impedir que os parlamentares envolvidos em casos de corrupção participem das votações. Como a CPI encerra seus trabalhos no dia 17 de janeiro, sobrarão apenas o final do mês de janeiro, parte de fevereiro (em função do carnaval) e os primeiros quinze dias de março para a revisão.

Os líderes acertaram também a prorrogação dos trabalhos do Congresso Nacional, do Congresso Revisor, da Câmara e do Senado que terminariam dia 15, até o dia 23. O recesso de fim de ano ainda está em suspenso. Os líderes e os

presidentes das duas Casas voltam a se reunir no dia 21 para decidir se haverá recesso — neste caso seria de dez dias, até o dia 3 de janeiro. O mais provável é que todos os trabalhos, inclusive da CPI, sejam suspensos para as festas de fim de ano e haja uma convocação extraordinária de 3 de janeiro a 14 de fevereiro.

A prorrogação do prazo de apresentação de propostas para mudar a Constituição, segundo Inocêncio, pretende dar mais tempo para que as emendas populares cheguem ao Congresso. A decisão deu também mais tempo ao PT, que hoje decide se vai apresentar emendas e a todos os parlamentares que não conseguiram aprontar suas propostas a tempo, inclusive os do PDT, que apenas recentemente decidiram participar dos trabalhos.

**TRABALHOS
DA CÂMARA
E DO
SENADO VÃO
SER
PRORROGADOS
ATÉ DIA 23**



Lucena e Inocêncio: acordos para impedir que a CPI do Orçamento acabe com o Congresso Revisor

André Dusek/AE